



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO III DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2023– MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo n. 0004497-77.2021.4.01.8012)

**CONTRATO N. \_\_\_\_/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, E A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA A PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL – SMP, A FIM DE ATENDER A SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA E SUAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS VINCULADAS.**

**CONTRATANTE:** UNIÃO, por intermédio da **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.429.264/0001-89, com sede na Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho/RO, neste ato representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, Senhora ALINE FREITAS DA SILVA, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Portaria SJRO-Diref 10470754.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, telefones \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, representada pelo(a) \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_, de acordo com a representação outorgada por \_\_\_\_\_, id. \_\_\_\_\_, p. \_\_\_\_\_.

Nesta data, as partes celebram o presente contrato, instruído nos autos do Processo Administrativo Eletrônico n. 0004497-77.2021.4.01.8012, decorrente do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2022, e em observância às disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, observados os preceitos e fundamentos da Administração Pública, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços continuados de telefonia móvel pessoal, nas modalidades local e serviço de longa distância nacional, para atender às necessidades da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções vinculadas, pelo período de 30 (trinta) meses, em conformidade com os normativos legais e regulamentares aplicáveis, de acordo com a quantidade e especificações abaixo descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE IMEDIATA MENSAL	QUANTIDADE MÁXIMA MENSAL	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 30 MESES
1	<p>Serviços continuados de telefonia móvel pessoal, nas modalidades local e serviço de longa distância nacional, para atender às necessidades da Seção Judiciária de Rondônia e Subseções vinculadas, pelo período de 30 meses.</p> <p><b>DETALHAMENTO:</b></p> <p>Fornecimento de SIMCARDS 4G ou superior, com as seguintes características e funcionalidades mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Efetuar e receber Ligações Ilimitadas de Voz Móvel-Móvel e Móvel-Fixo (VC1, VC2 e VC3) para quaisquer operadoras do Brasil;</li><li>• Roaming nacional gratuito;</li><li>• Assinatura e Sistema de Gestão (APP ou Portal WEB);</li><li>• SMS: no mínimo 100 (cem) mensagens para quaisquer operadoras no Brasil e no mínimo 1.000 (mil) ou ilimitada para a mesma operadora;</li><li>• Pacote Ilimitado de Internet de 10GB, no mínimo, com redução da velocidade, caso atingida a franquia;</li><li>• WhatsApp à vontade sem descontar da franquia, exceto para ligações de áudio e vídeo;</li><li>• Outros serviços que estejam no Termo de Referência;</li><li>• Não haverá quaisquer outras cobranças adicionais.</li></ul>	49	90	1080	2.700

§ 1º Serão disponibilizados inicialmente os quantitativos indicados como "quantidade imediata".

- Os acréscimos, até o limite estabelecido para a demanda máxima, serão disponibilizados mediante Ordem de Serviço, sem necessidade de realização de aditivo contratual.
- Para redução da quantidade imediata ou acréscimos além da quantidade máxima, será celebrado Termo Aditivo ao Contrato.

§ 2º A CONTRATADA deverá dispor de ampla cobertura de sinal, principalmente onde há instalações da CONTRATANTE: Porto Velho/RO, Guajará-Mirim/RO, Ji-Paraná/RO e Vilhena/RO.

§ 3º A execução dos serviços será feita na forma indireta sob regime de empreitada por preço unitário.

§ 4º Vinculam-se a este instrumento contratual, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, em especial àquelas do Termo de Referência, bem como na proposta da CONTRATADA, id. \_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a execução dos serviços, as partes contratantes deverão observar os seguintes:

**a. Dos chips, serviços de telefonia e dados móveis:**

- i. Os novos chips deverão ser disponibilizados em até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do Contrato.
- ii. As linhas e pacotes de dados deverão estar em funcionamento em até 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, inclusive se houver portabilidade.
- iii. Os números atualmente utilizados pela CONTRATANTE serão oportunamente disponibilizados à CONTRATADA para habilitação dos novos planos e, se for o caso, para efetuar a portabilidade.
- iv. A CONTRATADA deverá fornecer, de forma adicional e sem custo à CONTRATANTE, 5 (cinco) chips novos (não habilitados), como reserva técnica para substituição rápida daqueles que apresentarem defeitos.

**b. Da qualidade dos serviços e do pagamento:**

- i. Quanto à qualidade, deve-se atender ao disposto na Resolução n. 575/201, da Anatel, (Regulamento da Gestão de Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal – RGQ-SMP), que traz os parâmetros a serem adotados de maneira a se promover regras e controles da qualidade do serviço.
- ii. As faturas serão emitidas mensalmente, conforme valores contratados, sem acréscimos, exceto em relação aos serviços eventuais de roaming internacional.
- iii. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, os valores contestados deverão ter sua cobrança suspensa e a nova cobrança só pode ocorrer se a operadora justificar os motivos pelos quais julgou improcedente a reclamação do cliente.
- iv. Caso os problemas não sejam resolvidos junto à prestadora de serviços, doravante CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá acionar órgãos como Procon e Anatel.
- v. O custo por acesso móvel/linha deverá contemplar, no mínimo, os serviços e as funcionalidades abaixo elencadas, sem qualquer outro ônus ou cobrança acessória à CONTRATANTE:
  1. habilitação e/ou operação dos acessos;
  2. assinatura mensal;
  3. sistema ou aplicativo de gestão on-line das linhas móveis;
  4. acesso à internet móvel ilimitada 10GB;
  5. caixa postal;
  6. ligações ilimitadas Móvel-Móvel e Móvel-Fixo VC1, VC2 e VC3 para quaisquer operadoras do Brasil;
  7. Serviço de Mensagens Curtas – SMS: no mínimo 100 (cem) mensagens para quaisquer operadoras no Brasil e no mínimo 1.000 (mil) ou ilimitada para a mesma operadora.
  8. chamada em espera;
  9. conferência;
  10. siga-me;
  11. identificador de chamadas;
  12. portabilidade;
  13. escolha ou troca de número;
  14. transferência de titularidade;
  15. ativação/desativação de linhas e/ou serviços;
  16. ativação de Roaming Nacional e Internacional;
  17. bloqueios de recebimento de ligações a cobrar, de caixa postal, de SMS ou de quaisquer outros serviços de voz/dados não especificados no Termo de Referência e neste instrumento;
  18. bloqueio por extravio ou roubo;
  19. habilitação de caixa eletrônica de mensagens (secretária eletrônica);
  20. Portal WEB – ferramenta a ser disponibilizada pela CONTRATADA para acompanhamento e interação com a CONTRATANTE.
- vi. A contratada poderá realizar o detalhamento da fatura como melhor convier e de acordo com sua estrutura administrativa de faturamento dos serviços, atribuindo valores individualizados e descontos, desde que o valor total mensal a pagar seja o valor ofertado e aceito para o contrato.
- vii. As partes deverão pactuar canais de comunicação oficiais para fins de comunicações formais durante a execução da futura contratação.
- viii. Os serviços de gestão contratual não podem ser objeto de cobrança, pois devem ser incluídos nos valores das assinaturas por linha.
- ix. Havendo necessidade de serem utilizados quaisquer outros tipos de serviços não abrangidos neste Contrato, mediante autorização da CONTRATANTE, serão considerados para fins de pagamento os preços das tarifas habitualmente cobradas pela CONTRATADA.

**c. Das características adicionais:**

- i. A CONTRATADA se obriga a garantir a infraestrutura de rede e segurança dos serviços prestados e a inviolabilidade dos dados trafegados, por meio de ferramentas de autenticação próprias;
- ii. A CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de voz e dados em todos os estados da federação, por meios próprios ou por convênio com outras operadoras. Em caso de convênio com outras operadoras, exceto rede do mesmo grupo controlador, será exigido apenas os serviços de voz e SMS.
- iii. É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção, a recuperação e a segurança dos dados do Portal Web ou ferramenta equivalente.
- iv. A CONTRATADA deverá manter o código de acesso de usuário, conforme Regulamento Geral de Portabilidade, com a permanência dos mesmos números, bem como o código nacional 69 no caso da área de registro de Rondônia, caso ocorra necessidade.
- v. Eventualmente, a pedido da CONTRATANTE, deverão ser disponibilizados serviços de roaming internacional, nas condições e preços praticados pela CONTRATADA à época da solicitação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Os chips ativados deverão ser entregues, em até 30 (trinta) dias úteis, contados após a assinatura do contrato, no prédio-sede da Seção Judiciária de Rondônia - SJRO, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902, de segunda-feira a sexta-feira das 9h às 18h. Os objetos serão recebidos por servidor da CONTRATANTE, designado através de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da SJRO.

§ 1º As linhas e pacotes de dados deverão estar em funcionamento, em até 30 (trinta) dias úteis, contados após a assinatura deste instrumento.

§ 2º Todo e qualquer ônus decorrente da entrega dos chips, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

§ 3º Os chips serão recebidos PROVISORIAMENTE, no ato da entrega, após conferência do critério quantitativo. Após o recebimento provisório, em um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, será realizado o RECEBIMENTO DEFINITIVO, com ateste do Gesto do Contrato.

§ 4º Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o objeto deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

§ 5º O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos chips fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

§ 6º Os serviços de telefonia móvel deverão ser prestados diretamente nas localidades exigidas neste instrumento, com verificação mensal pelo gestor do contrato quanto à correta prestação dos serviços contratados.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

O valor global estimado do contrato, para 30 meses, é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme quadro resumo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANTIDADE IMEDIATA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
1	Fornecimento de SIMCARDS 4G ou superior, com as seguintes características e funcionalidades mínimas: <ul style="list-style-type: none"><li>Efetuar e receber Ligações Ilimitadas de Voz Móvel-Móvel e Móvel-Fixo (VC1, VC2 e VC3) para quaisquer operadoras do Brasil;</li><li>Roaming nacional gratuito;</li><li>Assinatura e Sistema de Gestão (APP ou Portal WEB);</li><li>SMS: no mínimo 100 (cem) mensagens para quaisquer operadoras no Brasil e no mínimo 1.000 (mil) ou ilimitada para a mesma operadora;</li><li>Pacote Ilimitado de Internet de 10GB, no mínimo, com redução da velocidade, caso atingida a franquia;</li><li>WhatsApp à vontade sem descontar da franquia, exceto para ligações de áudio e vídeo;</li><li>Outros serviços que estejam no Termo de Referência;</li><li>Não haverá quaisquer outras cobranças adicionais.</li></ul>	49	90				
VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO PARA 12 (DOZE) E 30 (TRINTA) MESES, RESPECTIVAMENTE							

§ 1º O pagamento mensal será realizado estritamente de acordo com a quantidade de linhas habilitadas e atestadas pelo gestor do contrato.

§ 2º Para efeito de previsão do impacto no orçamento anual, o valor total estimado para um período de 12 (doze) meses é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

§ 3º Nos valores estão incluídos todos os custos diretos e indiretos da contratação, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à CONTRATADA qualquer outro pagamento resultante da execução deste ajuste.

§ 4º Os valores praticados pela operadora CONTRATADA serão objeto de constante verificação, de forma a garantir o cumprimento das condições ofertadas na licitação, devendo o gestor do contrato assegurar-se de que os preços praticados pela CONTRATADA são os mais vantajosos para a Administração, observadas as peculiaridades do mercado e do pacto celebrado.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária da execução contratual correrá à conta da Programa de Trabalho Resumido: \_\_\_\_\_; Natureza de Despesa: \_\_\_\_\_, conforme Nota de Empenho n. \_\_\_\_/2022, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022, id. \_\_\_\_\_.

Parágrafo único. Para os exercícios financeiros seguintes, as despesas deste contrato serão custeadas com créditos orçamentários dos respectivos exercícios, os quais serão emitidos Notas de Empenhos estimativas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) meses, com início em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2022 e término em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025.

§ 1º O presente instrumento poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, por mais um período, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que autorizado formalmente pela autoridade competente e preenchidos, de forma simultânea, os seguintes requisitos:

- prestação regular dos serviços;
- manutenção de interesse da CONTRATANTE na realização dos serviços;

- c. disponibilidade orçamentária para a prorrogação;
- d. manutenção da vantajosidade econômica do contrato para a CONTRATANTE; e
- e. concordância expressa da CONTRATADA.

§ 2º Na análise de vantajosidade do valor do Contrato, deverá ser providenciada a negociação para a redução ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

§ 3º A aplicação das penalidades de declaração de idoneidade, de impedimento de licitar ou contratar com a União, de suspensão de licitar e contratar com a CONTRATANTE impede a prorrogação contratual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação para a prestação dos serviços objeto deste contrato, permitido o compartilhamento nas hipóteses regulamentares da Anatel.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE**

Constituem direitos da CONTRATANTE, além de outros constantes no Termo de Referência e das normas aplicáveis:

- a. liberdade de não consumir serviços ou a adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como não ser compelido a submeter-se a condição para recebimento do serviço;
- b. manter atualizados os documentos próprios dos registros de fornecimento que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
- c. promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- d. verificar constantemente os valores praticados pela CONTRATADA, de forma a garantir o cumprimento das condições ofertadas na licitação, devendo o gestor do contrato assegurar-se de que os preços praticados são os mais vantajosos à CONTRATANTE em relação às peculiaridades do mercado e do pacto celebrado;
- e. contestar débitos, na forma da regulamentação vigente e o disposto neste Contrato;
- f. solicitar à CONTRATADA a facilidade de portabilidade numérica;
- g. encaminhar reclamações ou representações contra a CONTRATADA junto à Anatel ou aos órgãos de defesa do consumidor.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS DA CONTRATADA**

Constituem direitos da CONTRATADA além de outros constantes no Termo de Referência e das normas aplicáveis:

- a. suspender ou não atender à solicitação de prestação de serviço da CONTRATANTE, quando esta estiver inadimplente com as suas obrigações contratuais, nos termos estabelecidos no instrumento contratual e no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP; a suspensão da prestação dos serviços, ou a adoção de outras providências que a CONTRATADA julgar necessárias, somente poderá ocorrer depois de 90 dias de atraso no pagamento pela CONTRATANTE, conforme art. 78, XV, da Lei 8.666/1993;
- b. obter de outras prestadoras informações de seu interesse que sejam necessárias à prestação do serviço, inclusive em relação às questões de faturamento e cobrança;
- c. atuar de forma direta ou através de terceiros, quando for o caso, o faturamento e a cobrança dos valores devidos pela CONTRATANTE, pela prestação dos serviços;
- d. reservar-se ao direito de, quando solicitado pela CONTRATANTE, adotar ou não a emissão de conta com periodicidade superior a 30 dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Por este instrumento, além das obrigações contidas no Termo de Referência, a CONTRATANTE obriga-se a:

- a. habilitar imediatamente, no mínimo, 49 (quarenta e nove) linhas de acessos móveis, conforme cláusula primeira, *caput*, deste instrumento.
- b. expedir a Ordem de Serviço/requisição da ativação dos outros acessos móveis, até o limite da previsto na contratação;
- c. fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- d. utilizar adequadamente os serviços e os chips fornecidos pela CONTRATADA;
- e. proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços contratados;
- f. assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais operadoras;
- g. atestar as faturas, após conferência dos valores e serviços prestados;
- h. solicitar, caso aplicável, a glosa dos serviços, preços e tarifas em desacordo com a proposta da CONTRATADA;
- i. solicitar, caso oportuno e conveniente – observados os limites legais e contratuais – o fornecimento de novas linhas, transferências, desligamentos, bloqueios e troca de numeração;
- j. efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- k. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- l. repor os chips, na ocorrência de perda, roubo ou furto, podendo adquiri-lo diretamente com a CONTRATADA;
- m. suportar o valor do reparo ou da substituição do chip em casos de comprovado mau uso de seus usuários. Nessa situação, o valor deverá ser compatível com os preços praticados no mercado na data do evento;
- n. entregar, ao término do contrato, os chips nas condições de conservação em que se encontrarem caso exigido pela CONTRATADA;
- o. aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Por este instrumento, além das obrigações contidas no Termo de Referência, a CONTRATADA obriga-se a:

- a. possuir, quando da assinatura do Contrato, área de cobertura para as localidades nas quais prestará os serviços contratados;
- b. manter, durante toda a vigência contratual, o fornecimento de todos os serviços, sem solução de continuidade injustificada;
- c. manter os acessos para os casos que excederem os limites da franquia mensal, podendo, na ocorrência dessa situação, reduzir a velocidade nominal mínima de tráfego dos dados;
- d. dispor de tecnologia digital que possibilite a transmissão de voz e dados em todas as localidades nas quais prestará os serviços contratados;
- e. contemplar com tecnologia 4G ou superior as linhas móveis pertencentes às Subseções Judiciárias nas cidades de Ji-Paraná e Vilhena, e a Unidade Avançada de Atendimento – UAA, em Guajará-Mirim, caso ainda não sejam cobertas pela referida tecnologia, à medida que ocorra sua respectiva expansão pela CONTRATADA;
- f. fornecer os chips virgens compatíveis com as características mínimas definidas neste instrumento, bem como a quantidade de reserva técnica, observando as condições, formas e prazos estabelecidos;
- g. realizar a ativação dos chips no prazo determinado neste instrumento;
- h. garantir, sem ônus, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis estabelecidos pela ANATEL, a facilidade de portabilidade numérica, por meio da manutenção dos números e/ou faixa (s) de numeração utilizada atualmente pela CONTRATANTE, independentemente da operadora do serviço a que esteja vinculado;
- i. disponibilizar, como serviço adicional à assinatura do serviço básico de voz, os serviços de Gestão Online, objetivando o gerenciamento das linhas, nos termos estabelecidos neste instrumento;
- j. aceitar, em caso de agrupamento, novas habilitações que deverão ser incluídas na ordem estabelecida pela CONTRATANTE, observados os limites legais;
- k. oferecer à CONTRATANTE a fruição do serviço com padrões de qualidade, regularidade, pontualidade, segurança, atualidade, cortesia, eficiência e modicidade de tarifas;
- l. prestar serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem, respondendo eficiente e prontamente às correspondências e reclamações à CONTRATANTE;
- m. cumprir, no prazo fixado na notificação, todas as determinações expedidas pela gestão e fiscalização do contrato.
- n. atender de imediato as solicitações acerca da utilização dos serviços ou motivadas por falhas no funcionamento;
- o. sanar as falhas de funcionamento no prazo máximo de 3 (três) dias corridos;
- p. restabelecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, os casos de interrupção dos serviços contratados, ressalvados os casos de força maior que devem ser devidamente justificados no prazo máximo de 24 horas;
- q. dispensar à CONTRATANTE tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço;
- r. fornecer informações adequadas quanto às condições de prestação do serviço, às tarifas e aos preços praticados;
- s. estender à CONTRATANTE quaisquer reduções das tarifas praticadas que a Anatel determine;
- t. garantir a inviolabilidade e o segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações e as disposições do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP;
- u. informar previamente à CONTRATANTE toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinja direta ou indiretamente, especialmente as relacionadas à suspensão dos serviços pela CONTRATADA;
- v. suspender ou interromper o serviço prestado sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- w. não suspender ou interromper a prestação dos serviços sem prévia solicitação do CONTRATANTE, ressalvada as hipóteses previstas no contrato;
- x. apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, o detalhamento, para cada acesso móvel, dos serviços prestados;
- y. garantir a privacidade nos documentos de cobrança;
- z. indicar um consultor, gerente de conta ou funcionário dedicado a atender as solicitações da fiscalização relativas a esta contratação;
- aa. manter o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante toda a vigência do Contrato, por meio de chamada com acesso gratuito, capacitada para prestar suporte técnico, receber e processar solicitações, queixas e reclamações encaminhadas pela CONTRATANTE e usuários;
- ab. abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- ac. Manter serviço “antifraude”, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia e, caso detecte ocorrência de clonagem, adotar as devidas providências de correção imediatamente após o conhecimento do evento;
- ad. prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a empresa, independentemente de solicitação;
- ae. responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação e pela perfeita execução dos serviços contratados;
- af. cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da Anatel;
- ag. sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
- ah. manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- ai. responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a CONTRATANTE fiscalizar ou acompanhar sua execução;
- aj. reparar danos causados pela violação dos direitos da CONTRATANTE;
- ak. arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste instrumento;
- al. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, fora das hipóteses legais ou regulamentares, vedada a sublocação dos serviços, permitido o compartilhamento nas hipóteses regulamentares da Anatel;
- am. aceitar, atendendo à conveniência e necessidades da CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor estimado deste contrato, exceto as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;
- an. cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, regulamentos oficiais e também pactuadas neste instrumento;
- ao. cumprir, no prazo fixado na notificação, todas as determinações expedidas pela gestão e fiscalização do Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO DE CONTESTAÇÃO DE DÉBITOS

A CONTRATANTE tem o direito de contestar os débitos lançados em sua fatura discriminada de serviços, independente de estarem vencidos ou não.

§ 1º O manejo da contestação pela CONTRATANTE suspende a exigibilidade dos valores contestados, os quais somente poderão ser exigidos pela CONTRATADA quando esta comprovar a efetiva prestação dos serviços objeto da contestação ou justificar as razões da improcedência do pedido.

§ 2º A contestação do débito lançado será feita na Central de Atendimento a Clientes da CONTRATADA ou encaminhada a um de seus postos públicos de atendimento.

§ 3º Caso a CONTRATANTE, por algum motivo, não exerça seu direito de contestação antes do prazo de 5 (cinco) dias, terá ainda o prazo de até 3 (três) anos, contado da data de vencimento do débito, para contestá-lo. Nesse caso, porém, não se produzirá o efeito suspensivo.

§ 4º Nas contestações parciais, a CONTRATANTE solicitará a emissão, sem ônus, de 2ª via da fatura para pagamento, com prazo adicional de pagamento, da qual serão excluídos, em relação à 1ª via, os valores impugnados.

§ 5º As contestações integrais de débitos suspendem sua cobrança até que a CONTRATADA examine seus termos.

§ 6º Nas contestações formuladas após o pagamento das faturas, a ausência de resposta no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, obriga a CONTRATADA à devolução automática do valor questionado, nos seguintes termos:

- a. devolução do valor igual ao dobro do que foi pago em excesso, acrescido de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês *pro rata die*;
- b. a critério da CONTRATANTE, os valores cobrados indevidamente podem ser devolvidos por meio de:
  - i. compensação por meio de abatimento no documento de cobrança seguinte à data da identificação da cobrança indevida ou do prazo de 30 (trinta) dias para resposta, respeitado o ciclo de faturamento;
  - ii. pagamento por meio de créditos com validade mínima de 90 (noventa) dias ou com a validade do crédito contestado, o que for maior, considerando o prazo máximo de 10 (dez) dias para devolução, contado da data da identificação da cobrança indevida ou do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para resposta; ou,
  - iii. pagamento via sistema bancário, considerando o prazo máximo de 30 dias para devolução, contado da data da identificação da cobrança indevida ou do decurso do prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

§ 7º Constatada a improcedência total ou parcial da contestação feita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá lançar os débitos que julga ainda existentes, acrescidos da compensação financeira estabelecida § 5º da cláusula décima quarta, na fatura referente ao período de prestação de serviços subsequente, podendo, ainda, a seu critério, cobrar pela emissão da 2ª via da fatura daquela resultante.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA CONTRATUAL

Não haverá exigência da garantia contratual prevista no artigo 56 da Lei n. 8.666/1993.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados mensalmente, até o prazo de vencimento da fatura, mediante Ordem Bancária, em moeda corrente nacional, através do Banco do Brasil S/A, ou por fatura/boleto bancário com código de barras, após o processo de conferência das faturas e atestação pela fiscalização do Contrato.

§ 1º O recebimento e a aceitação dos serviços serão atestados pelo gestor e fiscal do contrato, em documento para este fim, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

§ 2º Para efetivação dos pagamentos a CONTRATADA deverá apresentar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos em relação à data do vencimento, uma única fatura mensal do total do gasto com os serviços contratados, acompanhada de relação em ordem crescente numérica dos números dos acessos, com a utilização de serviços de cada linha (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, entre outros), podendo para tanto utilizar os seguintes meios:

- a. disponibilizadas em ferramenta de gestão online (APP ou Portal WEB), com acesso por meio de usuário/senha;
- b. por remessa ao e-mail: [seseg.ro@trfl.jus.br](mailto:seseg.ro@trfl.jus.br) do arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel, incluindo detalhes das chamadas; ou ainda,
- c. em meio físico entregue no Setor de Protocolo da CONTRATADA, em sua sede localizada na Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, 76.805-902, Porto Velho/RO.

§ 3º Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminativa da execução do objeto do contrato.

- a. o gestor ou fiscal do contrato realizará a consulta on line das certidões que comprovem a regularidade da CONTRATADA junto a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Fazenda Pública Federal e à Justiça Trabalhista.
- b. caso não seja possível obter as certidões válidas acima, o gestor ou fiscal do contrato poderão solicitar da CONTRATADA o envio dos referidos documentos.

§ 4º Identificada qualquer cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida.

§ 5º No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$ , onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

- a. Entende-se como data de efetivação do pagamento, a data de recebimento da Relação de Ordens Bancárias correspondente ao pagamento, pelo Banco do Brasil S.A.
- b. O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade da CONTRATADA.

§ 6º A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

§ 7º Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

§ 8º A CONTRATANTE não acatará cobranças por meio de duplicatas ou quaisquer outros títulos, feitas através de bancos ou outras instituições do gênero.

§ 9º Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12 e suas alterações.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será gerida e fiscalizada por servidor indicado pelo Diretor do Núcleo Administrativo de Serviços Gerais – Nuasg, para as linhas utilizadas na sede da Seção Judiciária de Rondônia, e por servidores lotados nas Seções de Suporte Administrativo e Operacional – Sesap, para as

linhas localizados nas Subseções Judiciárias de Ji-Paraná e Vilhena, devidamente designados pela CONTRATANTE como "fiscais do contrato", devidamente designados por meio de Ordem de Serviço.

§ 1º Compete à gestão coordenar e supervisionar as atividades da fiscalização, realizando as seguintes atribuições, entre outras:

- a. indicar e solicitar a designação da fiscalização;
- b. autorizar o início da execução dos serviços;
- c. solicitar, receber e analisar toda a documentação e a comprovação das obrigações fixadas neste instrumento;
- d. aceitar os serviços executados em conformidade, emitindo o Atesto da respectiva nota fiscal para fins de pagamento;
- e. coordenar e supervisionar as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato;
- f. controlar o prazo de vigência contratual;
- g. instruir eventuais revisões de preços com planilhas e demonstrações dos impactos financeiros no Contrato, mediante apoio técnico da fiscalização, observadas as regras contidas neste instrumento e no Termo de Referência;
- h. impugnar todo e qualquer documento apresentado em desconformidade com as especificações estabelecidas para a contratação, determinando formalmente a realização dos devidos ajustes;
- i. propor eventual ajustamento de conduta em casos de descumprimentos das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, como alternativa consensual à aplicação de sanções administrativas;
- j. propor e instruir o procedimento de aplicação de sanções administrativas nas situações em que não seja possível uma solução consensual da situação de descumprimento contratual;
- k. propor eventual rescisão contratual por não cumprimento das obrigações contratuais;
- l. atestar a Nota Fiscal para liquidação e pagamento da despesa contratual;
- m. realizar reunião com o gerente de contas/preposto e a fiscalização para fins de solucionar problemas constatados durante a execução, inclusive com emissão de memória de reunião para fins de registro;
- n. rejeitar todo e qualquer serviço prestado em desconformidade com as especificações estabelecidas, determinando a glosa de pagamento da parcela não aceita;
- o. solicitar a apresentação de toda documentação necessária para fins de liquidação e pagamento da despesa, nos termos exigidos neste pacto contratual;
- p. fixar prazo para a efetivação de providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos serviços, observados os prazos fixados neste instrumento e no Termo de Referência e a urgência da situação concreta;
- q. indeferir qualquer pedido de subcontratação;
- r. instruir eventuais procedimentos de alterações contratuais; e
- s. realizar outras atribuições inerentes à função de gestor contratual.

§ 2º Compete à fiscalização, entre outras atribuições determinadas pela gestão:

- a. realizar a fiscalização efetiva dos serviços, podendo adotar as medidas cabíveis para correção de problemas constatados, fazendo constar no processo de fiscalização situações pertinentes identificadas que mereçam registro;
- b. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, realizando toda e qualquer comunicação com a CONTRATADA formalmente, mediante ofício, e-mail institucional ou por outros meios hábeis;
- c. propor à gestão toda e qualquer modificação essencial da contratação, na qual se façam necessários acréscimos ou supressões de serviços, prorrogações de prazos ou outras alterações contratuais para fins de adoção das providências administrativas indispensáveis;
- d. comunicar à gestão a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de sanções administrativas, nos termos fixados neste Contrato e no Termo de Referência;
- e. propor e participar de reuniões técnicas ou administrativas, sempre que julgar conveniente, para fins de solucionar e fazer a gestão de problemas e dificuldades constatadas, sendo tudo formalizado por meio de registro em memória de reunião assinada pelas partes; e
- f. praticar todos os demais atos e atividades que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do objeto contratual.

§ 3º As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor do contrato deverão ser solicitadas à autoridade competente, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis.

§ 4º O exercício da gestão e fiscalização, pela CONTRATANTE, não excluirá, nem reduzirá a total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA ou sua competência pelos serviços contratados inclusive perante terceiros.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciada do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal – Sicaf, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos previstas na Lei n. 8.666/93, artigos 86 e 87, na Lei n. 10.520/02, artigo 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, artigo 49, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a. apresentar documentação falsa;
- b. recusa em aceitar o contrato;
- c. retardar na execução do objeto;
- d. falhar na execução do contrato;
- e. fraudar na execução do contrato;
- f. comportar-se de modo inidôneo;
- g. cometer fraude fiscal;
- h. fazer declaração falsa.

§ 1º Para os fins de caracterização da alínea "f", *caput*, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, todos da Lei n. 8.666/1993.

§ 2º Para as condutas descritas nas alíneas "a", "b", "c", "f", "g" e "h", *caput*, poderá ser aplicada multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato, aplicada de forma proporcional à gravidade das condutas.

§ 3º Quanto às condutas descritas nas alíneas "c" e "d", *caput*, poderão, ainda, serem aplicadas as multas moratórias (atraso no cumprimento das obrigações) e punitivas (pela inexecução parcial e total do objeto), conforme as infrações cometidas e o grau respectivo relacionados na tabela adiante:

EVENTO	TIPO	PENALIDADE	BASE DE INCIDÊNCIA DA MULTA

Atrasar, em até 5 (cinco) dias úteis, a entrega ou a substituição dos chips, inclusive daqueles que comporão a reserva técnica.	Mora contratual	Multa de 0,5% (cinco décimos de por cento) ao dia.	Valor do contrato
Atrasar, em até 5 (cinco) dias úteis, a ativação dos serviços de voz e dados, contado do início da vigência do contrato, mesmo que os chips tenham sido entregues antes desse evento.	Mora contratual	Multa de 0,5% (cinco décimos de por cento) ao dia.	Valor do contrato
Primeira interrupção ou suspensão injustificada dos serviços dentro de um mesmo mês, superior a 2 (dois) dias e inferior a 4 (quatro) dias.	Inexecução parcial do contrato	Multa de 1% (um por cento) ao dia.	Valor da fatura do mês da prestação dos serviços
Deixar de possuir, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.	Inexecução parcial do contrato	Multa de 2% (dois por cento) por evento.	Valor da fatura do mês da prestação dos serviços
Descumprir, em até 3 (três) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal do contrato.	Mora contratual	Multa de 1% (um por cento) ao dia.	Valor do contrato
Atrasar, mais de 5 (cinco) dias úteis até 10 (dez) dias úteis, a entrega ou a substituição dos chips, inclusive daqueles que comporão a reserva técnica.	Mora contratual	Multa de 1% (um por cento) ao dia.	Valor do contrato
Atrasar, mais de 5 (cinco) dias úteis até 10 (dez) dias úteis, a ativação dos serviços de voz e dados, contado do início da vigência do contrato, mesmo que os chips tenham sido entregues antes desse evento	Mora contratual	Multa de 1% (um por cento) ao dia.	Valor do contrato
Segunda interrupção ou suspensão injustificada dos serviços dentro de um mesmo mês, superior a 2 (dois) dias e inferior a 4 (quatro) dias.	Inexecução parcial do contrato	Multa de 2% (dois por cento) ao dia.	Valor da fatura do mês da prestação dos serviços
Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, dentro de um mesmo mês, por mais de 4 (quatro) dias e até 6 (seis) dias.	Inexecução parcial do contrato	Multa de 3% (três por cento) ao dia.	Valor da fatura do mês da prestação dos serviços
Descumprir, por mais de 3 (três) e até 7 (sete) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal do contrato.	Mora contratual	Multa de 2% (dois por cento) ao dia.	Valor do contrato
Atrasar, mais de 10 (dez) dias úteis e até 20 (vinte) dias úteis, a entrega ou a substituição dos chips, inclusive daqueles que comporão a reserva técnica.	Mora contratual	Multa de 2% (dois por cento) ao dia.	Valor do contrato
Atrasar, mais de 10 (dez) dias úteis e até 20 (vinte) dias úteis, a ativação dos serviços de voz e dados, contado do início da vigência do contrato, mesmo que os chips tenham sido entregues antes desse evento.	Mora contratual	Multa de 2% (dois por cento) ao dia.	Valor do contrato
Terceira interrupção ou suspensão injustificada dos serviços dentro de um mesmo mês, superior a 2 (dois) dias e inferior a 4 (quatro) dias.	Inexecução parcial do contrato	Multa de 3% (três por cento) ao dia.	Valor da fatura do mês da prestação dos serviços
Interromper ou suspender injustificadamente os serviços, dentro de um mesmo mês, por mais de 6 (seis) dias e até 10 (dez) dias.	Inexecução parcial do contrato	Multa de 4% (quatro por cento) ao dia.	Valor da fatura do mês da prestação dos serviços
Descumprir, por mais de 7 (sete) e até 15 (quinze) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal do contrato.	Mora contratual	Multa de 3% (três por cento) ao dia.	Valor do contrato
Não entregar ou substituir, ou atrasar mais de 20 (vinte) dias úteis a entrega ou a substituição dos chips, inclusive daqueles que comporão a reserva técnica.	Inexecução total do contrato	Multa moratória de 3% (três por cento) ao dia + multa punitiva de 10% (dez por cento).	Valor do contrato
Não ativar, ou atrasar mais de 20 (vinte) dias úteis a ativação dos serviços de voz e dados, contado do início da vigência do contrato, mesmo que os chips tenham sido entregues antes desse evento.	Inexecução total do contrato	Multa moratória de 3% (três por cento) ao dia + multa punitiva de 10% (dez por cento).	Valor do contrato



Interromper ou suspender injustificadamente os serviços por mais de 10 (dez) dias, dentro de um mesmo mês.	Inexecução total do contrato	Multa moratória de 3% (três por cento) ao dia + multa punitiva de 10% (dez por cento).	Valor do contrato
Recusar injustificadamente a restaurar os serviços, após a expedição de solicitação pela CONTRATANTE.	Inexecução total do contrato	Multa punitiva de 10% (dez por cento).	Valor do contrato
Desrespeitar o dever de sigilo e confidencialidade das telecomunicações, no mínimo dentro de sua rede de telecomunicações, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de Telecomunicações.	Inexecução total do contrato	Multa punitiva de 20% (vinte por cento).	Valor do contrato
Descumprir, por mais 15 (quinze) dias corridos, as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais determinadas pelo fiscal do contrato.	Inexecução total do contrato	Multa moratória de 3% (três por cento) ao dia + multa punitiva de 10% (dez por cento).	Valor do contrato

§ 4º Sem prejuízo da rescisão do contrato – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE – as condutas de inexecução parcial do Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SicaF (art. 7º da Lei n. 10.520/2002).

§ 5º A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, os quais gerem custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário).

§ 6º A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, após o regular procedimento de apuração de responsabilidade, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

§ 7º O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente – até o último dia do mês anterior ao do pagamento – e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

§ 8º No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei n. 6.830/80).

§ 9º A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os valores dos serviços pactuados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta no certame licitatório.

§ 1º Havendo solicitação expressa e escrita da CONTRATADA, os preços dos serviços previstos no Contrato poderão ser reajustados, na periodicidade mínima definida no *caput*, tomando-se por base a variação anual do Índice de Serviços de Telecomunicações – IST, regulamentado pela Resolução Anatel n. 532, de 03/08/2009, ou, na sua falta ou extinção, por outro referencial de atualização de preços dos serviços de telecomunicações que venha a ser normatizado pela Anatel, ou ainda, não havendo regulamentação específica pela Anatel, por outro índice de amplitude nacional acordado pelas partes, desde que reflita a variação efetiva dos custos dos serviços contratados.

§ 2º Compete à CONTRATADA a iniciativa, o encargo do cálculo e a apresentação do plano básico ou alternativo de serviços e demais tabelas, no que couber, aprovados pela Anatel.

§ 3º Na eventualidade de a Anatel determinar a redução no valor de tarifas dos serviços objeto do contrato, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comunicar o fato imediatamente à CONTRATANTE e repassar a redução correspondente nas próximas faturas.

§ 4º No cálculo do preço a ser pago pela CONTRATANTE incluir-se-á, ainda, os tributos, contribuições sociais e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o valor dos serviços, de acordo com o estabelecido na legislação tributária federal, estadual e municipal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato pode ser alterado nos casos e limites previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, lavrando-se para isso Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação da entrega ou instalação dos equipamentos, observando, em qualquer caso, os artigos 79 e 80 da Lei n. 8.666/1993.

§ 1º A rescisão contratual poderá ser:

- por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/93;
- amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

§ 2º Ocorrendo a rescisão contratual por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos termos do inciso I do art. 79 da Lei n. 8.666/93, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, conforme previsão no art. 80, IV, da Lei n. 8.666/93.

§ 3º Em qualquer hipótese de rescisão contratual a CONTRATANTE se obriga ao pagamento dos materiais entregues regularmente ou dos serviços executados e liquidados até a data da rescisão.

§ 4º No procedimento que visa à rescisão do contrato, em observância ao contraditório e à ampla defesa, será assegurado à CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e produção de provas, sem prejuízo da adoção motivada de medidas cautelares por parte da CONTRATANTE.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

O presente contrato fundamenta-se na Lei n. 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019 e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666/1993, e nas demais normas aplicáveis ao objeto, e vincula-se, independentemente de transcrição, ao Edital de Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_/2022 e seus anexos, bem como à proposta da CONTRATADA, id. \_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica facultado ao CONTRATANTE enviar toda e qualquer correspondência/comunicação/informação/notificação/documentos ao e-mail cadastrado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substitua, apontado formalmente pela CONTRATADA.

§ 1º A CONTRATADA responsabiliza-se pela manutenção do e-mail informado.

§ 2º A inobservância do disposto nesta cláusula não isenta a CONTRATADA por ônus decorrente da perda de negócios em razão do não recebimento de correspondência/comunicação /informação/notificação/documentos.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho/RO, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, e por estarem as partes certas, justas e contratadas, de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em ambiente virtual do Sistema Eletrônico de Informações, para uma única finalidade de direito, o qual, depois de lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes, para que surta os efeitos legais.

**ALINE FREITAS DA SILVA**  
Diretora da Secretaria Administrativa  
Pela CONTRATANTE

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL**  
Cargo/Função  
Pela CONTRATADA

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Sara Regina da Silva Lago**, **Pregoeiro(a)**, em 11/01/2023, às 17:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **17276885** e o código CRC **95C1EA52**.